

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. O NOVO PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	17
1. A transformação das funções do Estado	17
2. O princípio da eficiência	28
3. A licitação no contexto do modelo gerencial de Estado	31
II. A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	35
1. A contratação de advogado particular pela Administração Pública	35
1.1 A ocupação por advogados de cargos em comissão	42
1.2 A contratação excepcional sem concurso	45
2. Contratação de serviços advocatícios: exigência de licitação?	47
2.1 Licitação: finalidade e pressupostos	47
2.2 Dispensa de licitação: situação emergencial	50
2.3 Inexigibilidade de licitação	52
2.4 Pressupostos de inexigibilidade	55
2.4.1 Serviços técnicos	55
2.4.2 Serviços de natureza singular	56
2.4.3 Notória especialização	62
2.5 Inviabilidade de competição	68
2.6 Regulação do exercício da advocacia: incompatibilidade com a licitação	70
2.6.1 Posicionamento da OAB/SP	74
2.7 Contratação de serviços advocatícios em caráter continuado	76

2.7.1 Terceirização da cobrança da dívida ativa pelos Municípios	85
2.8 Procedimentos alternativos à licitação	87
III. O CASO DOS ENTES DE REGIME HÍBRIDO	93
1. Empresas públicas e sociedades de economia mista	93
1.1 Dever de licitar	94
1.2 A contratação de advogado por empresas estatais	109
2. Entidades não-estatais e paraestatais	113
2.1 Entidades do terceiro setor	113
2.2 Entidades integrantes do Sistema “S”	131
IV. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS SEM LICITAÇÃO	141
1. Procedimento para a contratação direta	141
2. O contrato para a prestação de serviço singular	143
2.1 Prazo	143
2.2 Remuneração	146
V. CONTROLE DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELO PODER JUDICIÁRIO	149
1. A invalidação do contrato	149
2. A condenação por improbidade administrativa	156
3. A condenação pelo crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/1993	162
VI. LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	165
1. Quando é necessário licitar	165
2. A modalidade apropriada	166
3. Condições de habilitação	169
4. A técnica de julgamento	169
5. O contrato	173
5.1 Prazo	173
5.2 Remuneração	173
VII. JURISPRUDÊNCIA COMENTADA	177
1. Supremo Tribunal Federal	177
1.1 A contratação de advogado pela Administração Pública	177
1.2 A (in)exigibilidade de prévio procedimento licitatório	179

2. Superior Tribunal de Justiça	183
2.1 O crime tipificado pelo art. 89, da Lei 8.666/1993	183
2.2 A contratação por inexigibilidade de licitação	184
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	186
3.1 A contratação de advogado particular pela Administração Pública ...	186
3.2 Possibilidade de realizar o procedimento licitatório	188
3.3 Pressupostos da inexigibilidade	189
3.3.1 Singularidade	189
3.3.2 Notória especialização	197
3.4 Urgência da contratação	200
3.5 Improbidade administrativa	201
4. Outros Tribunais de Justiça	203
4.1 A contratação de advogado particular pela Administração Pública ...	203
4.2 A (in)exigibilidade de prévio procedimento licitatório	203
4.3 O crime tipificado pelo art. 89 da Lei 8.666/1993	208
4.4 Improbidade administrativa	211
4.5 Licitação para a contratação de serviços advocatícios	212
 VIII. COMENTÁRIOS AO ENTENDIMENTO DE ÓRGÃOS NÃO-JUDI- CIAIS	213
1. Tribunal de Contas da União	213
1.1 A contratação de advogado particular pela Administração Pública ...	213
1.2 Dever de licitar	219
1.3 Inexigibilidade de licitação	219
1.4 Procedimento de pré-qualificação	223
1.5 Licitação para a contratação de serviços advocatícios	224
2. Advocacia Geral da União	226
3. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	227
3.1 A contratação de advogado particular pela Administração Pública ...	227
3.2 A (in)exigibilidade de prévio procedimento licitatório.....	228
3.3 Incompatibilidade entre licitação e contratação de advogados.....	230
3.4 Inobservância de formalidades	232
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251